PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 6841206 / 684 1210 - CEP 87810-000
e-mail: CNPJ/MF 75.378.844/0001-70

LEI MUNICIPAL N.º 449/2.009.

Publicado no Jornal
TRIBUNA DE CIANORTE
N.º 5501 Pg. 20
Em 18 / 09 / 2009

Ementa: Dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social de Guaporema – Estado do Paraná e, dá outras providências correlatas.

Preâmbulo: A Câmara Municipal de Guaporema - Estado do Paraná aprovou eu, José Roberto Catenacci, prefeito municipal, no uso de minhas atribuições legais, especialmente com embasamento na Lei Orgânica da Assistência social LOAS, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica criado, no âmbito do município de Guaporema – Estado do Paraná, o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão de deliberação colegiada, paritário, de caráter permanente, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social e, a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e, com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, acompanhando a sua execução;

II. Aprovar, acompanhar, avaliar e, fiscalizar o Plano Municipal de Assistência Social e acompanhar a sua execução;

III. Zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades e, a efetiva participação dos segmentos de representação no conselho municipal;

IV. Normatizar as ações e, regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

V. Aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto em relação aos recursos

próprios quanto aos oriundos da esfera de governo estadual e ou federal, alocados no fundo municipal de assistência social;

VI. Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio-assistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estadual, e Municipal;

VII. Aprovar o plano de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social;

VIII. Inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social de âmbito municipal e, propor ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das mesmas que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos ;

IX. Acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social, para a proteção social básica e a proteção social especial;

X. Aprovar o Relatório Anual de Gestão;

XI. Elaborar e publicar seu Regimento Interno, o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

XII. Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XIII. Aprovar o pleito de habilitação dos municípios;

XIV. Aprovar a Declaração do gestor municipal comprovando a estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento do beneficio de prestação continuada/ BPC e benefícios eventuais;

XV. Emitir declaração comprovando o funcionamento da sistemática de monitoramento e avaliação de proteção social básica e proteção social especial;

XVI. analisar e emitir parecer conclusivo acerca da regularidade de aplicação dos recursos no âmbito da Assistência Social;

XVII. Convocar, num processo articulado com a Conferência Estadual e Nacional, a Conferência Municipal de Assistência Social, a cada 02 (dois) anos, bem como, aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

XVIII. Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

XIX. Aprovar os instrumentos de Informação e Monitoramento instituídos pelos governos estadual e federal;

XX. Propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;

XXI. Divulgar e promover a defesa dos direitos sócio-assistencias;

XXII. Acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO
SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO.

Art. 3º - O CMAS terá a seguinte composição:

I – Do Governo Municipal:

a. 02 representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b. 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;

c. 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d- 01 representante da Secretaria de Finanças;

II – Da Sociedade Civil:

a. 02 representantes dos Usuários ou de entidades de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social, no âmbito municipal;

b. 02 representantes de entidades Prestadoras de Serviço da Área de Assistência Social, no âmbito municipal;

c. 01 representante de entidades dos Trabalhadores da Área de Assistência Social, no âmbito municipal;

§ 1º Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§ 2º Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.
§ 3º Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e, em regular funcionamento.

§ 4º Quando na sociedade civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente, enquanto novas entidades surjam, que o CMAS preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade.

§ 5º Os representantes da Sociedade Civil, serão eleitos em fórum próprio e/ou fórum único, sob a fiscalização do Ministério Público Estadual.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - do representante legal das entidades, quando da sociedade civil;

II - do Prefeito ou dos titulares das Pastas respectivas dos órgãos do governo municipal.

III- Representantes de usuários e organizações de usuários: aquelas que atenderem ao disposto na Resolução do CNAS n.º 24, de 16 de fevereiro de 2006, ou outra legislação que venha a substituí-la, respeitando a especificidade no âmbito do estado.

a) Representantes de usuários: pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, organizadas sob diversas formas, em grupos que tem como objetivo a luta por direitos, sendo legítimos:associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política e social.

b) Organizações de usuários: aquelas juridicamente constituídas, que tenham estatutariamente, entre seus objetivos e defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por mio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

IV- Entidades prestadoras de serviços: aquelas que atenderem ao disposto ao Decreto federal n. 6.308 de 14 de dezembro de 2007, ou outra legislação que venha a substituí- lá, respeitando a especificidade no âmbito do estado, que define entidades sociassistencias as:

a) de atendimento, quando realizam de forma continua, permanente e planejada, serviços, serviços, programas, projetos ou benefícios de proteção social básica e/ou especial, dirigimos as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, no termos da LOAS;

b) de assessoramento quando realizam de forma continua, permanente e planejada, serviços, programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da Política de Assistência Social, tais como:

IV- Organização de trabalhador de setor: Aquelas que entenderem ao disposto na Resolução do CNAS nº 23, 16 de fevereiro de 2006, ou outra legislação que venha substituí-la, respeitando a especificidade no âmbito do estado, que estabelece como

legitima todas as formas de organização de trabalhadores do setor como, associação de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos regionais de profissões regulamentadas, que organizam, defendem e representam os interessados trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único da Assistência Social.

Art. 5º A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I. o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

III. cada membro titular do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;
IV. as decisões do CMAS serão consubstanciadas em Resoluções;

V. O CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para o mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução, por igual período, sendo que, necessariamente deverá ocorrer a rotação na presidência entre representante governamental e não governamental.

VI. O CMAS obrigatoriamente aplicará o princípio da alternância de comando, possibilitando que a presidência do Conselho se reveze entre o poder público e a sociedade civil: cada representação cumprirá a metade do tempo previsto para o período total de mandato do conselho.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º O CMAS terá seu funcionamento seguido pelo Regimento Interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I - plenário como órgão de deliberação máxima;

II. as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês, conforme calendário anual previamente acordado, e, extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou, por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 8º Para melhor desempenho de suas funções, o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I. Consideram-se colaboradores do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro;
II. poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

Art. 9º Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo único. As Resoluções do CMAS, bem como, os temas tratados em reuniões da mesa diretora e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

SEÇÃO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 10 – Fica mantido o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de duração indeterminada e de natureza contábil que, será gerido sob o controle e total fiscalização pelo Conselho Municipal de Assistência Social, permanecendo vinculado a secretaria ou órgão municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, sendo obrigatoriamente movimentados em instituição financeira oficial, sob o nome de – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUAPOREMA – PARANÁ..

Art. 11 – As receitas que comporão o Fundo Municipal de Assistência Social serão provenientes de:

I – Repasse dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – Transferências do Tesouro Municipal;

III – Receitas provenientes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;

IV – Rendimentos eventuais, tais como promoções, festividades, inclusive aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – Transferências do exterior;

VI – Dotações orçamentárias da União e dos Estados, consignadas especificamente para o atendimento ao disposto nesta lei;

VII – Receitas de convênios, acordos e outras receitas.

Art. 12 – Os recursos do FMAS, serão utilizados mediante orçamento anualmente proposto e aprovado pelo CONSELHO, submetido ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para integrar o Orçamento Geral do Município.

SEÇÃO IV

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 13 – Fica mantida a Conferência Municipal de Assistência Social , órgão de caráter deliberativo, composto de delegados representantes das instituições de assistência social, das organizações comunitárias, sindicais, poder público municipal, e outros que, se reunirá a cada dois anos, sob a coordenação do Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos de Regimento Interno próprio.

Art. 14 – A Conferência Municipal de Assistência Social, será convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, com antecedência mínima de 20 dias, da eleição do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – Em não sendo efetuada a convocação prevista no caput pelo Conselho, poderão fazê-la, 1/3 das instituições que fazem parte do referido conselho, formando comissão paritária para organizar e coordenar a CONFERÊNCIA.

Art. 15 – Os delegados da CONFERÊNCIA serão eleitos mediante reuniões próprias das instituições, convocadas para tal fim, no período dos 20 dias que antecede a realização da CONFERÊNCIA, sendo garantida a participação de um representante delegado de cada instituição ou organização integrante do CONSELHO MUNICIPAL, sendo-lhe assegurado o direito a voto, sendo em qualquer situação, observada a paridade entre a área governamental e não governamental.

Art 16 – Compete a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

I – fixar as diretrizes gerais da assistência social no biênio subseqüente a sua realização;
II – efetuar a avaliação da assistência social desenvolvida no município;
III – avaliar, referendar ou reformar as decisões do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
IV – aprovar o Regimento Interno;
V – aprovar e dar publicidade as resoluções registradas em documento final;
VI – eleger os representantes efetivos e suplentes, da sociedade civil – não governamental que, farão parte ao Conselho Municipal da Assistência Social.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as leis municipais n. 122/95, 128/96 e 433/09.

Prefeitura Municipal de Guaporema, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de setembro de 2.009.

José Roberto Catenacci
Prefeito Municipal

Publicado no Jornal
TRIBUNA DE CIANORTE
Nº 5501 Pg. 20
Em 18 / 09 / 2009